

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2017/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL N.º 3/21

2021/06/25

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

QUADRIÉNIO 2017/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO
DIA 25 DE JUNHO DE 2021

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, no Pavilhão do Centro Escolar da Sobreira, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência de JOSÉ ARMANDO COUTINHO BAPTISTA PEREIRA, secretariado por José Alberto de Sousa e Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu, respetivamente primeiro e segundo secretários da Mesa.

Procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, verificando-se a ausência dos presidentes de Junta de Freguesia: José Fernando Ribeiro dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Beire e Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito, Presidente da Junta de Freguesia de Gandra que justificaram as suas faltas à presente sessão, mas não se fizeram representar no prazo regulamentar.

Presenças por substituição ao abrigo do artigo septuagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro: Em substituição dos deputados, Joaquim António Meireles Brandão, Luís Carlos da Costa Baltar, Cristina Maria Valente Monteiro e Letícia Daniela Moreira de Sousa da Bancada do PSD, os deputados, Paulo José de Sousa (faltou), Jorge Miguel Campanhã Oliveira, Maria Sofia Arrepia Ferreira e César Manuel Moreira da Costa, respetivamente. Em substituição dos deputados, Luís Celso das Santos Garcia e Andreia Filipa Mendes Silva da Bancada do PS, os deputados, António Manuel da Silva Vaz e Ana Margarida Moreira Nogueira, respetivamente. Em substituição do deputado Cristiano Manuel Soares Ribeiro da bancada da CDU, o deputado, Álvaro dos Santos Pinto.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Presenças por substituição ao abrigo da alínea c) do número um do artigo decimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro: Fernando Gonçalo de Sousa Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar de Sousa, fez-se representar por, Suse Marlene Rocha Cuna, Tesoureira da Junta de Freguesia; Antónia Salomé da Silva Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Rebordosa, fez-se representar por, José João Martins Barbosa, Vogal da Junta de Freguesia; Mariana Fernanda Machado da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Vilela, fez-se representar por, António Carlos Pacheco da Cunha, Secretário da Junta de Freguesia.



Justificaram a falta à presente sessão os senhores presidentes das juntas de freguesia de Beire e Gandra.

Nos termos da Lei vigente, foi conferida posse à deputada, Ana Margarida Moreira Nogueira, da bancada do PS.

Na Comissão Permanente de Representantes da Assembleia Municipal de Paredes, reunida a 21/06/2021, foi solicitado pelo líder da bancada do PSD, Dr. Alberto Soares Carneiro, que fosse dado cumprimento à decisão da Comissão Política do PSD de Paredes e pede a não integração na bancada do PSD do presidente da Junta de Freguesia de Louredo, José Augusto da Silva Borges, por ter perdido a sua confiança política.

Foi acordado entre todos os líderes de bancada participantes dessa Comissão que o senhor presidente da Junta de Freguesia de Louredo, eleito pelo PSD, teria o seu espaço e tempo próprios para participar e intervir, não sendo incluído na bancada do Grupo Municipal do PSD. Esta decisão foi posteriormente comunicada ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Louredo que a aceitou.

Verificada a existência de quórum, pelo presidente da Assembleia foram declarados abertos os trabalhos, sendo vinte horas e trinta e cinco minutos, tendo-se procedido à leitura da correspondência, a qual ficará arquivada no gabinete de apoio administrativo à Assembleia Municipal, para eventual consulta.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Abertas as inscrições para intervenções neste período, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal: João Gonçalves, Joaquim Bessa, Joaquim Leal, Artur Silva, Macedo de Lemos Soares Carneiro, Albertino Borges, Álvaro Pinto, José Borges, Belmiro Sousa, Manuel Vieira, Manuel Gomes e Rui Silva.

João Gonçalves - Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira (PS) - Após cumprimentar os presentes e, a propósito da realização da presente sessão na freguesia da Sobreira, referiu que era com elevado prazer que a Sobreira acolhia a reunião magna do órgão deliberativo do Concelho de Paredes. Considerou que esta era uma reunião com acrescida importância e significado, pelo facto de ser a última Assembleia Municipal Ordinária da presente legislatura realizada fora do seu espaço nobre e que, por isso mesmo, não fossem as restrições e condicionantes a que todos devem obediência, muito o honraria sinalizar com um *Porto de Honra*. Prosseguindo, lembrou que há 4 anos, em jeito de balanço, afirmou que do esforço despendido pelo executivo da Junta de Freguesia ao longo do mandato, o resultado ficou muito aquém do exigível. Saliou que grande parte da energia despendida foi dissipada, pois que, não resultou em obra palpável. Em parte, consequência do bloqueio a que a freguesia da Sobreira foi condenada por ter elegido um Presidente que não era do seu ideário político e porque o modelo de gestão adotado não contemplava as freguesias como entidades autónomas e idóneas para rececionar a transferência de competências. Referiu que o balanço que agora faz entre o primeiro e o segundo mandato aponta resultados francamente díspares entre si. Adiantou que o primeiro mandato se revelou dececionante, dado que nunca, ou raramente, logrou alcançar os seus intentos que tinham a freguesia da Sobreira e a sua população como beneficiários, pese embora as suas persistentes ações junto do executivo municipal. Quanto ao segundo mandato, prestes a terminar, salientou que teve o respaldo de um novo paradigma de gestão municipal assegurada pelo Presidente Alexandre Almeida e seu executivo. Acrescentou que o atual executivo trouxe ao Concelho e às suas freguesias dinâmicas de investimento, de reforma, de renovação e de beneficiação nunca antes visto. Afirmou que o que de mais importante importava sublinhar, é a equidade posta no tratamento e na relação com as freguesias do Concelho, quer através dos contratos interadministrativos e contratos de cooperação, quer na assunção de obras e trabalhos de reforma


[Handwritten signature]


[Handwritten signature]

e beneficiação das freguesias em regime de substituição ou de complementaridade dos referidos contratos.

Joaquim Bessa (PSD) – Cumprimentou os presentes e referiu que durante estes quase 4 anos de mandato, alertou o Presidente da Câmara para o mau estado da E.N.15 e que no ano passado a IP procedeu a reparações na cidade de Gandra e este ano na Vila de Baltar. Questionou se o facto de não haver reparações na E.N.15 em Astromil, onde o piso sempre esteve e está em pior estado, se deve ao facto de esta freguesia não ser cidade ou vila? Lembrou que a última intervenção feita em Astromil, neste troço da E.N.15, data de 2007, pelo que solicitou ao Presidente da Câmara que exija à IP mais respeito pelo Concelho de Paredes. Seguidamente, esclareceu que o seu abandono da sessão extraordinária de 28 de dezembro de 2020 não se deveu a *garotice* ou a falta de respeito aos 18.639 paredenses que o elegeram ou mesmo por estar contra o resgate. Justificou, então, que o seu abandono se deveu a um protesto contra o executivo municipal e em solidariedade com os vereadores do PSD. Acrescentou que na reunião de câmara de 21/12/2021 os mesmos foram forçados a abandonar os trabalhos, pois que, não lhes foram fornecidos os documentos necessários para que se pudessem pronunciar. Uma vez inaugurada a ETAR de Campo, perguntou quando começarão as obras em Astromil com vista à ligação da água e do saneamento que dependiam daquela obra? Finalmente, agradeceu ao Presidente da Assembleia a forma afável como sempre o recebeu na *Casa da Democracia*, ao mesmo tempo que o felicitou pelo excelente trabalho desenvolvido na condução das sessões da Assembleia Municipal.

Joaquim Leal (PS) – Cumprimentou os presentes e referiu que na sua já longa carreira política de 44 anos, desempenhou vários cargos e que nunca se deixou seduzir pelos grandes palcos nas suas funções laborais ou políticas, tendo sido antes um homem de ação em que o trabalho falava por si. Observou que a maledicência não é o caminho certo para o progresso e sucesso pessoal de qualquer político e que ao longo do presente mandato se tem assistido a excessivas difamações quanto ao desempenho da Câmara Municipal. Acrescentou que tem acompanhado o plano de investimentos da Câmara Municipal que, de resto, apoia, sem que tenha encontrado razões para tanta distorção, por parte da oposição como se tem visto e ouvido, especialmente por alguns elementos da bancada do PSD. Salientou o facto de o executivo municipal ter levado a cabo uma política de rigor, equidade, igualdade e transparência. Defendeu que todos, sem exceção, têm razões para se orgulharem da gestão e das concretizações da Câmara Municipal. Observou que são inúmeros os exemplos de obras planeadas e cumpridas, por todas as freguesias,





independentemente da sua cor partidária. Realçou que são visíveis as obras em curso e que muitas outras terão início como aquelas que virão como consequência do resgate da concessão do serviço de águas e do saneamento. Acrescentou que o resgate possibilitará a universalidade de saneamento no Concelho e lembrou a construção de outras obras como a requalificação do Pavilhão das Laranjeiras, a construção do Estádio das Laranjeiras, a construção da piscina ao ar livre e ainda a aquisição da Adega Cooperativa de Paredes que dará lugar à construção de um Centro de Congressos com diferentes valências que só vem enriquecer e projetar o Concelho. Ao nível da cultura, considerou ter-se subido substancialmente o patamar da sua qualidade e diversidade e destacou o reforço dos apoios ao associativismo e às IPSS, bem assim como a atração de empresas com vista à empregabilidade. Deu conta dos apoios prestados pelo Município no âmbito da Covid-19, a descida do IMI para o valor mínimo e ainda a autonomia dada às juntas de freguesia em termos de parcerias. Saliu que o balanço financeiro do Município está mais equilibrado do que o que foi deixado pelo anterior executivo, pelo que não encontra razões para as constantes críticas distorcidas e que no seu entender não fazem qualquer sentido e defendeu que os políticos devem fazer uma política construtiva, sem distorções. Realçou a obra de requalificação do Arraial de Parada de Todeia após 36 anos de espera, uma obra que dignifica o Concelho, quem a projetou e quem a mandou executar. Felicitou o executivo pelo trabalho desenvolvido ao longo do presente mandato assim como a Mesa da Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente, pela forma elevada como sempre foram conduzidos os trabalhos.

Artur Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Paredes (PS) – Prescindiu.



Macedo de Lemos (CDS-PP) – Cumprimentou os presentes e afirmou que a governação socialista no Concelho de Paredes esteve em formação desde 2017 e parece não ter atingido ainda o reconhecimento, estabilidade e confiança que prometeu. Acrescentou que a Câmara Municipal, com uma máquina cada vez mais pesada, deixa pairar a sensação de que se acomodou, na convicção de que tem o futuro garantido, pelo menos para mais um mandato. Observou que há decisões que, talvez fruto da precipitação, deixam os paredenses em *suspense*, como é o caso do resgate da concessão das águas. Saliu que outras decisões ficaram a meio, como é exemplo a alteração do trânsito na Avenida da República e, não estando tudo mal, esperava-se muito mais do executivo. Adiantou que o CDS fez o seu trabalho, cumpriu com aquilo a que se propôs e esteve e estará sempre na defesa dos direitos e legítimas vontades dos paredenses. Realçou que,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

apesar da limitação da sua representação, o CDS foi uma voz sempre ativa e de oposição construtiva para o Concelho. Realçou as propostas apresentadas, como foi o caso da tarifa social e da despoluição do rio Ferreira, que até mereceram aprovação, outras foram reprovadas apesar de o executivo vir a aplicá-las posteriormente, chamando a si a paternidade das mesmas, como foi o caso do canil municipal entre outras. Lembrou que, noutros casos, o executivo optou por enveredar por outros caminhos que o CDS não aprovou, como foi o caso do resgate do serviço da água e do saneamento. Afirmou que o CDS só pode regozijar-se com o seu trabalho, esperando ter contribuído através da sua participação na Assembleia Municipal, para o debate das questões que mais importam aos paredenses. Defendeu que é com o mesmo propósito que continuará na próxima legislatura, assim o determine a expressão dos votos nas próximas eleições, e finalizou expressando a disponibilidade e a gratidão do CDS a todos os paredenses.



Soares Carneiro (PSD) – Cumprimentou os presentes e começou por questionar o Presidente da Câmara sobre quais as razões pelas quais não foi ainda inaugurado o parque de estacionamento da estação? Disse saber que o Presidente da Câmara vai dizer que a EDP ainda não instalou o carregamento para os carros elétricos, mas o facto é que o parque pode funcionar sem os carros elétricos. Lembrou que esta obra está pronta seguramente há mais de 2 meses e ressaltou que não queria crer que fosse por razões eleitoristas que a mesma ainda não foi inaugurada. Abordou a questão que tem a ver com as obras no Tribunal e referiu que a Câmara Municipal comprou o terreno, fez um bonito projeto sem que haja indícios da obra, não se sabendo se por culpa da Câmara se por culpa do Partido Socialista. Relativamente à questão do OLAF, lembrou as acusações do Presidente da Câmara relacionadas com os centros escolares em que era tudo muito criminoso, que tinham de certeza absoluta que ser devolvidos 6 milhões de euros, que não se podia receber fundos comunitários. Adiantou que não se podia receber fundos comunitários porque o Governo congelou a participação nacional através da ação de Mário Centeno e revelou que o QCA 2020 já acabou sendo que, no início de 2021, ainda estavam por gastar 11 mil milhões de euros. Observou que com todo o empolamento à volta do OLAF resultou que o Presidente da Câmara se dedicasse a fazer mais uma queixa-crime contra o anterior Presidente da Câmara e contra os seus vereadores, tendo sido tudo arquivado conforme anunciou o CDS. Defendeu que se alguma coisa ainda subsiste e não é nada daquilo que foi apontado pelo Presidente da Câmara, quem tem responsabilidades que pague e que tudo será decidido em julgamento e reiterou que não foi por nenhuma das razões apontadas pelo Presidente da Câmara. Afirmou que existe um

passe de mágica, um malabarismo nas contas do Município, pois que, os 6 milhões de euros, de repente, agora que se aproximam as eleições, desapareceram do passivo conforme se pode ver na página 114, sem que fosse preciso uma decisão do Tribunal. Citou a observação de um advogado que diz *“trata-se de um processo complexo, mas que se perspectiva que venha a obter ganho de causa pelo que não confere direito ao seu reconhecimento como provisão e contagem para o passivo da Câmara Municipal.”* Adiantou que a Câmara está a reconhecer que, afinal, não há nada para resolver e que tudo não passa de conversa fiada, a má política, a que se referiu o deputado Joaquim Leal. Advertiu para o facto de o Presidente da Câmara, enquanto vereador, e posteriormente como Presidente da Câmara, se faltar de empolar e dizer mal dos outros com coisas como os 6 milhões que automaticamente saíram do passivo, tal como agora se verifica. Adiantou que o resultado de 2020 que deveria ser fortemente negativo, falsamente aparece como positivo por causa dos 6 milhões de euros que foram retirados. Acrescentou que se se juntar ao passivo que a Câmara habilidosamente reconhece de 83,4 milhões de euros, os 6 milhões de euros, dá 89,4 milhões de euros que, acrescidos dos 31 milhões de euros de empréstimos contraídos em 2020 e 2021, ainda não contabilizados pelo executivo, nem na dívida, nem no passivo e contabilizando mais 12 milhões de euros até 2020, mas seguramente 15 milhões de euros até 2021 de receitas a mais que o executivo recebeu em relação a 2017, nas contas de 2021 se chegará a um passivo à volta dos 120 a 125 milhões de euros. Observou que se estava num belíssimo Centro Escolar e que grande parte do passivo de 100 milhões de euros propalado pelo Presidente da Câmara, foi para construir 14 centros escolares esse sim, um investimento estruturante, nas crianças, nos jovens, na educação, no futuro do Concelho. Adiantou que, tudo o resto, é folclore político.

Albertino Borges - Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Todeia (CDU) - Cumprimentou os presentes e manifestou a sua satisfação pelo início das obras do Arraial, bem como pelo facto de a Câmara Municipal ter acolhido algumas observações e alguns apontamentos que a Junta de Freguesia foi fazendo às mesmas. Considerou que esta é uma obra que dignifica o Concelho e os paredenses. Regozijou-se também com o início das obras de requalificação do edifício sede da Junta de Freguesia e também aqui pelo facto de a Câmara Municipal se manifestar sensível a alguns reparos. Chamou à atenção para a necessidade de se iniciarem as obras de construção dos passeios entre Parada e Cete já várias vezes anunciadas e que, segundo o Presidente da Câmara, estavam pendentes da autorização da IP. Igualmente chamou a atenção para a necessidade de se dar início à obra da nova ligação entre a Rua dos Combatentes, Junta de

Freguesia, cemitério e o apeadeiro, com a rotunda que prevê a ligação aos outros arruamentos existentes, incluindo a Rua Dr. José Barbosa Leão e que dá acesso à Casa Mortuária, uma obra considerada fundamental para a freguesia. Afirmou que desde o dia 16 de junho que tem vindo a ser notícia na imprensa local e no Jornal de Notícias, a instalação de uma unidade de valorização de biorresíduos na Zona Industrial de Parada/Baltar pela AMBISOUSA. Deu conta de que aquelas notícias apontam para uma unidade de tratamento de resíduos de matriz tecnológica avançada, ambientalmente adequada e financeiramente sustentável e que a escolha do local obedeceu a critérios que têm a ver com a centralidade relativamente aos 6 municípios integrantes da AMBISOUSA. Observou que o tratamento de resíduos é um problema sério e de crescente complexidade na atual sociedade e que se sabe que não existem soluções perfeitas e definitivas e que a procura de tecnologias mais sustentáveis e mais amigas do ambiente são o caminho certo a seguir. Adiantou que, para evitar alarmismos, porventura injustificados junto das respetivas populações, que já está a ser prejudicada com o mau funcionamento da ETAR local, solicitou ao Presidente da Câmara que respondesse às seguintes questões: Foi feito algum estudo de impacto ambiental para esta instalação e se sim, quais os resultados e porque não foram ainda divulgados junto dos interessados, nomeadamente juntas de freguesia envolvidas e respetivas autarquias? Sendo uma unidade industrial equipada com o mais moderno equipamento que existe, que garantias pode dar sobre a sua fiabilidade de funcionamento? Existe equipamento similar a funcionar em algum lado, se sim, onde e com que resultados? Esta unidade irá servir uma população de 320 mil habitantes tratando, segundo os números divulgados, 25 mil toneladas de resíduos e produzindo, anualmente, 8.200 toneladas de fertilizante e que a seguir poderá evoluir para a separação de resíduos e triagem, terá esta instalação uma dimensão física que ocupará uma área apreciável e irá certamente gerar um movimento de viaturas assinalável. Estão devidamente calculados e acautelados os impactos, quer do transporte, quer da armazenagem dos resíduos? Realçou que foi referido que se trata de um projeto muito positivo para Paredes em termos de investimento, criação de emprego e economia lateral que se gera. Questionou, então: que benefícios efetivos pode esperar a população local que a possa vir a compensar pelo eventual impacto negativo que inevitavelmente acarreta o facto de receber no seu espaço os resíduos da população dos 6 concelhos? Alertou para o facto de, em matéria tão sensível como esta, ser imprescindível informar com objetividade e de forma pedagógica para se ganhar a confiança das populações e obter o seu consentimento informado para o tipo de instalação o que, à partida,

ninguém quer ao pé da porta. Considerou, entretanto, que este caminho ainda está por fazer.

Álvaro Pinto (CDU) - Cumprimentou os presentes e referiu que teve conhecimento da abertura de uma linha de crédito Covid pelo Governo para apoio às federações, associações e clubes no sentido de poderem superar um conjunto de dificuldades que tiveram durante este período de pandemia. Realçou o enorme esforço financeiro que os clubes foram obrigados a suportar para fazer face aos compromissos assumidos, facto que foi discutido numa reunião tida com o Presidente da Câmara e com o vereador do Pelouro do Desporto, Dr. Paulo Silva. Manifestou o seu desagrado pelo facto de a aludida linha de crédito se destinar apenas aos clubes com estatuto de utilidade pública e que, cumulativamente tinha que ter apoios do IPDJ nos últimos 4 anos. Revelou que, afinal, aquela linha de crédito estava talhada para ajudar as federações e os grandes clubes nacionais um facto que, não o surpreendendo o chocava, pois que, os grandes nunca se esquecem uns dos outros e, enganando os pequenos, se entretêm a ajudar-se mutuamente. Salientou que se é verdade que a Câmara Municipal tem sido exímia no cumprimento dos compromissos que assumiu, a realidade é que, relativamente ao que foi discutido na referida reunião, não houve qualquer resultado. Alertou para as imensas dificuldades por que passam os pequenos clubes que não têm ajudas sequer para pagar a água e a luz entre outras despesas básicas. Apelou à sensibilidade do Presidente da Câmara para os problemas por que passam as pequenas coletividades no sentido de que lhes seja concedido um apoio para fazer face aos problemas por que passam.

José Borges - Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PSD) - Referiu-se ao facto de o PSD lhe ter retirado a confiança política, agora de forma oficial, sendo que, desde há muito tempo tinha deixado de confiar neste PSD. Acrescentou que o PSD, por quem foi candidato, e pelo qual foi eleito está léguas acima do PSD que o fez seguir o caminho que seguiu a partir de determinada altura do presente mandato, na Assembleia Municipal e ao serviço do povo de Louredo. Acusou o atual presidente do PSD, autoproposto candidato a vereador na Câmara Municipal de Paredes, de ser um inimigo dos presidentes de junta eleitos pelo PSD e das suas populações, tal como se esperava. Afirmou que tal facto ficou demonstrado ao longo do presente mandato pelos comportamentos sistematicamente incorretos que teve para com todos eles, especialmente nas freguesias de Beire e Sobrosa entre outras, os quais podiam estar sentados no seu lugar, porque têm tido um comportamento igual ao seu em sede de Assembleia Municipal. Agradeceu ao presidente do PSD a sua iniciativa e pelo facto de ter tirado a freguesia de Louredo daquele saco e

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

a colocar no seu devido lugar. Justificou que agora se sente mais livre e, democraticamente, melhor preparado para defender os interesses da freguesia de Louredo. Deixou um abraço de solidariedade e de muita amizade para todos os presidentes de junta do PSD que foram amigos corretos e solidários e, de forma especial, saudou o deputado Joaquim Bessa, alguém que continuará a admirar e nele reconhecer um bom político e um bom paredense. Disse ser agora ainda mais livre e desinibido de alguns pequenos preconceitos para defender Louredo e os Louredenses na qualidade de deputado. Observou que graças à competência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e de alguns partidos democráticos com assento na Assembleia, ninguém o conseguiu calar ao longo do mandato e até ao final do mesmo e que graças à pequena capacidade política do Presidente do PSD se faz história. Referiu que se abriu um precedente na Assembleia Municipal de Paredes e do País e que seria bom que os presidentes de junta pudessem dispor de um lugar à parte para poderem defender as suas freguesias e não serem inibidos de defenderem as suas populações. Adiantou que existe uma bancada fictícia na Assembleia Municipal, com tempo para falar, que é a bancada dos presidentes de junta com assento por inerência, os quais dispõem de tempo para intervir sem os tabus e calendários dos partidos, como ele próprio teve a coragem de fazer ao longo do mandato. Revelou que com o seu voto e por respeito pela democracia, garantiu ao Dr. Baptista Pereira a presidência da Assembleia que tinha obtido a esmagadora confiança dos paredenses para presidir quando outros a queriam tirar. Acrescentou que também por respeito pela democracia, igualmente aprovou o programa esmagadoramente vitorioso do executivo municipal através do voto favorável nos orçamentos municipais. Acrescentou que votou sempre a favor das boas contas do município, pois que, consagram diminuição do passivo, diminuição da dívida, e regalias sociais para os paredenses mais desfavorecidos. Afirmou que a sua postura revelou respeito pela vontade democrática do povo de Louredo expressa através do voto em si para a presidência da Junta de Freguesia e também no Dr. Alexandre Almeida para a Presidência da Câmara Municipal. Destacou o grande trabalho feito pelo executivo municipal em Louredo em todos os domínios da sua ação, muito investimento e muitas obras. Felicitou o Presidente da Câmara pelo grande respeito institucional demonstrado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Louredo e pelo povo de Louredo e por ter honrado os compromissos pendentes do anterior executivo, obras e terrenos por pagar, obras por acabar e compromissos por cumprir. Referiu que a confiança nos presidentes de junta foi um dos fatores do sucesso do executivo por serem parceiros leais e veículos simplificados para chegar

[Handwritten signature]


[Handwritten signature]


mais depressa e melhor junto das populações, com respostas certas e concretas na defesa do bem-estar social, progresso, desenvolvimento e qualidade de vida dos paredenses. Lembrou que passou 4 anos a combater Alexandre Almeida quando este era vereador da oposição, mas que hoje o eleva e enaltece permanentemente. Saliou que é com toda a convicção que hoje afirma que Alexandre Almeida não foi talhado para ser oposição, mas sim para ser um grande gestor, um grande estratega político, um grande Presidente da Câmara e que, de certeza, vai ficar na história como um dos melhores presidentes de sempre no Concelho de Paredes. Observou que pelo que fez nestes 4 anos por Louredo e pelos louredenses estará com o Presidente da Câmara nos próximos 4 anos lado a lado, pois que, essa é a sua vontade, da sua equipa e dos muitos que a si se juntaram e também de todos os louredenses que amam a sua terra. Adiantou que nos últimos 4 anos, Louredo encontrou o seu caminho, descobriu que tem futuro e que vale a pena ser Presidente de Junta quando se trabalha com um executivo como o atual. Acrescentou que vale a pena acreditar na democracia e nos valores democráticos quando se governa livre e democraticamente, com transparência e verdade. Para quem foge da democracia, Louredo terá sempre voz na Assembleia porque, ao contrário de outros, Louredo está presente para trabalhar.

Belmiro Sousa - Presidente da Junta de Freguesia de Recarei (PS) - Cumprimentou os presentes e referiu que reconhece no deputado Soares Carneiro um bom advogado, mas que, como gestor financeiro, fica a muito aquém das expectativas. Agradeceu ao Presidente da Câmara a celebração do protocolo de competências com a Junta de Freguesia de Recarei e manifestou a sua satisfação com as obras do saneamento. Aproveitou para questionar o Presidente da Câmara sobre os valores a pagar pela população para a ligação ao saneamento? Solicitou que estas obras possam desenrolar-se com a celeridade possível e chamou a atenção para a necessidade de uma candidatura a fundos comunitários com vista à renovação das condutas da água na freguesia de Recarei, dada a incapacidade financeira desta para o fazer. Lembrou que já houve candidaturas para o efeito às quais o Município estava impedido de aceder, pelo facto de ser a Be Water a responsável pelo serviço. Lamentou o facto de ainda haver no concelho freguesias sem água ao domicílio.

Manuel Vieira (PSD) - Cumprimentou os presentes e referiu que no passado dia 20 de junho ocorreu mais um aniversário, o trigésimo, da aprovação, na Assembleia da República, da elevação de Paredes à categoria de CIDADE. Lembrou, então, que, em reunião de câmara de 5 de julho de 1988, foi apresentada e, por todos subscrita, a proposta que deu o impulso para todo o processo

que acabou na elevação da então Vila de Paredes à categoria de Cidade, depois de submetida à Assembleia da República quando era Presidente da Câmara Jorge Maria Fontoura de Queirós Malheiro, que ocupou o cargo durante 16 anos (de 1977 a 1993). Destacou que numa notícia publicada no site da Câmara Municipal em 19/06/2019, o principal argumento foi que “o Concelho de Paredes se encontrava em franco desenvolvimento não só visível na moldura física como também na qualidade de vida dos seus residentes”. Para além disso, ainda como referido naquela notícia, de acordo com a Lei 11/82 de 2 de Junho que determinava as condições necessárias para alteração de categoria das povoações, Paredes possuía, não metade, mas a totalidade, dos equipamentos coletivos exigidos, designadamente: Instalações hospitalares, farmácias, corporação de bombeiros, casa de espetáculos, Biblioteca-Museu, instalações hoteleiras, estabelecimentos de diferentes graus de ensino, transportes públicos, parques ou jardins públicos, tudo assente numa sólida base historiográfica, nalguns casos materializada nos valores arquitetónicos. Observou que esta apreciação demonstra bem o impulso que, depois do 25 de Abril e num processo gradual, foi dado pelos eleitos de então ao desenvolvimento do território e à qualidade da vida dos Paredenses, pelo que se estranhou, por isso, que a data tenha passado sem que, tanto a Câmara como a Junta de Freguesia, se tenham referido à efeméride. Salientou que não basta homenagear as pessoas depois de mortas e que importa recordar etapas importantes que as mesmas lideraram e que marcaram a evolução de Paredes como território e como comunidade, independentemente da corrente política em que estivessem inseridas. Deu como exemplo o que se passa na vizinha Cidade de Penafiel que no dia 03/03/2021 celebrou os 251 anos da elevação a cidade, com uma sessão solene na Câmara Municipal, como se pode ver em vídeo publicado no Youtube. Continuam a lembrar, 251 anos depois, aquilo que Paredes parece ter tão rapidamente esquecido. Lembrou que no próximo dia 1 de julho se celebra o 18º aniversário da aprovação na Assembleia da República da elevação à categoria de Cidade de Gandra, Lordelo e Rebordosa. Defendeu que estas são três cidades do Concelho de Paredes que muito honram todos os Paredenses; Gandra, pelo importante polo universitário em que se tornou e todo o desenvolvimento que isso acarreta; Lordelo e Rebordosa, pela notoriedade alcançada a nível industrial no ramo do mobiliário, tanto no país como no estrangeiro. Disse esperar que também estas datas não fiquem no esquecimento. A propósito de celebrações, afirmou que não ficaria de bem consigo mesmo, se não fizesse uma referência às comemorações do 25 de Abril deste ano. Justificou que no passado dia 25, por um irritante imprevisto de última hora, a bancada do PSD





não pôde, como era seu desejo, prestar a sua homenagem aos que tiveram a coragem de desafiar o regime e sair a terreiro para instaurar a democracia em Portugal. Esclareceu que, no que a si diz respeito, viveu de forma intensa e muito especial o 25 de Abril de 1974. Tinha feito 23 anos há 14 dias e estava colocado na Defesa Nacional, no Palácio da Cova da Moura, onde o MFA se instalou em seguida. Disse ter sentido o que foi viver antes dessa data, tanto no dia-a-dia normal como, de forma muito especial, pelos efeitos da Guerra no Ultramar. Realçou que, mercê das dificuldades de emprego, o seu pai trabalhava então nas minas de Moncorvo e lá faleceu em acidente de trabalho quando tinha 27 dias de nascido e por tal facto não chegou a conhecê-lo e que a sua mãe, de 22 anos, ficou com dois filhos que criou com grande sacrifício. Afirmou que em 1971, já a trabalhar na empresa de que se reformou, entrou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra onde se viviam ainda os efeitos do maio de 1968 em França e as lutas estudantis por uma sociedade mais justa, sem desigualdades. Revelou que um colega lhe emprestou um livro intitulado "Socialismo e Cibernética" de Ilia Novik com prefácio de Armando de Castro. Revelou que, por causa do título, foi-lhe recomendado que não andasse na rua com o título à vista porque era o suficiente para ser detido e interrogado sobre a proveniência e finalidade de tal leitura. Adiantou que em novembro desse ano, o seu único irmão foi morto em Moçambique e que juntamente com um tio deu a notícia à sua mãe, cuja imagem jamais saiu da sua memória. Deu conta de que, em 1973 entrou para o serviço militar e, depois da recruta em Mafra e da especialidade no Lumiar, foi colocado na Defesa Nacional, na sala de Angola. Realçou que sempre que chegava notícia de ação de combate levada a cabo pelo MPLA, o Comandante da secção dizia: "*Sr. Aspirante, faça o desmentido*", tal era a verdade do regime. Referiu que a situação era para todos insustentável, tanto pela guerra como pela repressão que se vivia e que, quando, em 16 de março falhou a tentativa das Caldas, um colega de quarto (Afonso Lobão de Valongo), desabafou: "*Ó Vieira, já não vai ser no nosso tempo que isto muda*", mas mudou e, como militar, teve a oportunidade de dar o seu contributo na manhã do dia 25. Observou ter sido muito gratificante o espírito de liberdade e de esperança que passou a sentir-se. Afirmou que por mais que se diga, por mais erros que se vão cometendo, por mais que seja necessário dotar o sistema de mecanismos eficazes e de pessoas sérias, nada tem sido pior do que o que se viveu nesses tempos. Deu conta da necessidade de se formar cidadãos que mais tarde sejam os pilares de uma democracia plena, e justa, livre da ganância dos grupos económicos. Disse acreditar que, passado mais este ciclo de 50 anos de história, se dará o passo em frente, contrariamente a outros casos que acabaram em



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

retrocesso nos direitos fundamentais. Observou que, por tudo isto, foi com alguma tristeza, que ouviu algumas declarações a propósito da ausência do PSD nas comemorações, declarações que não passaram de meros aproveitamentos de uma situação complicada que impediu a sua presença na referida cerimónia.



Manuel Gomes (PSD) – Cumprimentou os presentes e perguntou ao Presidente da Câmara se sabia para que serve uma Assembleia Municipal ou uma reunião de Câmara ou os meios de comunicação do Município, pois que, foi feita uma candidatura para a instalação de equipamento que custará 18 milhões de euros e ninguém sabe de nada? Referiu que o Presidente da Câmara sabe porque razão não avisa ninguém, dado que se trata de uma unidade de valorização de resíduos e em ano eleitoral, não convém falar do lixo. Adiantou que não percebia a razão que levou a que os paredenses, e os baltarenses em particular, não fossem auscultados. Questionou o porquê de ser em Paredes e em Baltar? Observou que Baltar é carinhosamente conhecida pelos concidadãos como o centro do mundo, mas nem Paredes nem Baltar têm centralidade no âmbito da AMBISOUA. Perguntou ao Presidente da Câmara se por acaso sabia onde é Macieira da Lixa? Fica no extremo da Lixa e demora 40 minutos até chegar a Baltar. Perguntou se o Presidente da Câmara podia garantir aos baltarenses que não existirão cheiros? Como se processará o transporte dos fertilizantes que lá vão ser produzidos? Referiu que o Presidente da Câmara não devia de ter medo da Assembleia, da opinião dos autarcas e do escrutínio das pessoas, pois que, se tem uma ideia para Paredes, por pior que possa ser, deve ser discutida em sede de Assembleia.

Rui Silva (PS) – Cumprimentou os presentes e referiu que por força das limitações que a crise pandémica impõe, a presente sessão da Assembleia Municipal se realiza na bonita Vila da Sobreira que tão bem soube recebê-la. Realçou que poderia ser em qualquer outra freguesia uma vez que todas elas dispõem agora de condições e equipamentos para receberem este tipo de eventos e destacou os investimentos nas mesmas realizado pelo executivo que vieram suprimir algumas carências existentes. Destacou a transferência de verbas para as juntas de freguesia através da celebração de contratos de delegação de competências, facto que permitiu que as mesmas pudessem concretizar alguns dos seus anseios de muitos anos. Salientou que foram 4 anos de mandato confiado ao Partido Socialista e aos seus representantes por maioria dos paredenses, mandato esse que tinha desafios já conhecidos e previsíveis tais como a caótica situação financeira da Câmara Municipal. Deu conta da carência de vários tipos de equipamentos desportivos, culturais, recreativos, sociais, habitacionais, industriais e rodoviários e outros






desafios desconhecidos e imprevisíveis e que vieram a revelar-se devastadores para o Concelho e para o País como a crise pandémica da COVID-19. Acrescentou que esta pandemia foi e está a ser trágica para milhares de portugueses e para muitos paredenses, a quem prestou tributo, deixando o seu agradecimento e respeito por tudo aquilo que em vida ajudaram a crescer e melhorar em Paredes. Manifestou o seu lamento pela a sua perda e deixou os sentimentos às famílias enlutadas. Salientou ser da mais elementar justiça reconhecer e destacar a resposta imediata que a Câmara Municipal deu e que continua a dar, ao longo destes 2 anos, no combate à COVID-19 que, de forma incondicional, tem prestado todo o apoio humano e financeiro de todas as formas possíveis e conhecidas, para ajudar a combater a pandemia e diminuir o seu impacto. Realçou a ajuda direta às pessoas, às IPSS, às corporações de Bombeiros, delegações da Cruz Vermelha e a todos os que estão neste combate, as medidas de apoio ao tecido empresarial ajudando à sua sobrevivência e à de todos os seus trabalhadores com o objetivo de manter viva a economia do Concelho. Afirmou que durante os últimos 4 anos, o Concelho conheceu um desenvolvimento e uma pluralidade e qualidade de investimentos como nunca tinha conhecido em tão pouco tempo. Sublinhou que houve coragem e arrojo para mexer e resolver ou dar início à definitiva resolução dos problemas herdados e esquecidos que marcavam o quotidiano das pessoas. Destacou os realojamentos habitacionais, a recompra e devolução à propriedade municipal e aos paredenses de equipamentos vendidos por quem antes desgovernou o Concelho, a aquisição e transformação de infraestruturas abandonadas para as colocar ao serviço da população, a reversão da concessão das águas e do saneamento e a constituição dos SMAS de Paredes que permitirá dotar o território de água e saneamento. Advogou que esta foi e está a ser uma tarefa árdua, mas gratificante, pois que, todos aqueles que contribuíram para a mudança e a quem confiaram este projeto só têm que se sentir honrados pelo seu contributo. Acrescentou que este é um trabalho de todos para todos, que Paredes é um grande Concelho cuja maior riqueza são as nossas gentes, que têm um enorme orgulho em afirmar que são paredenses.

Presidente da Câmara – Cumprimentou os presentes e agradeceu as palavras do senhor **João Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira que tem feito com que a Sobreira cada vez mais seja como uma vila residencial qualificada que a todos orgulha. Agradeceu ainda o facto de ter mencionado a diferença de tratamento dos presidentes de junta no presente mandato para os anteriores mandatos. Às questões colocadas pelo deputado **Joaquim Bessa**, referiu que o

executivo tem insistido com a IP com vista à resolução dos problemas da EN15 e que inclusive está prevista uma rotunda na Regedoura que já era para estar feita e que está prevista ser feita no presente ano. Relativamente à ETAR de Campo, esclareceu que a mesma aumentou a capacidade para receber os efluentes do saneamento e se a Be Water tivesse feito aquilo a que estava comprometida a fazer, neste momento, era só proceder à ligação do saneamento em Astromil, Gandra e Vandoma. Observou que tal trabalho não foi feito e terá que ser feito por alguém, para que a ETAR possa ser utilizada. Afirmou que esta foi a razão pela qual a Câmara Municipal resgatou a concessão, para fazer aquilo que a empresa a quem foi concedido esse serviço não fez. Relativamente à intervenção do deputado **Joaquim Leal**, disse também estar satisfeito e orgulhoso pela obra de requalificação do Arraial de Parada de Todeia programada desde 1985. Adiantou que a Câmara Municipal não tem olhado a freguesias pequenas ou grandes, do PS ou do PSD ou da CDU, mas sim às prioridades com a consciência de que é necessário fazer obras em todas as freguesias que foi o que foi feito. Às questões colocadas pelo deputado **Macedo de Lemos**, disse não compreender a questão do aumento de funcionários, pois que, não se pode olvidar o facto de que os funcionários da ação educativa para as escolas vieram para substituir outros que, entretanto, se aposentaram. Observou que existe uma delegação de competências não só na área da educação, mas também na área social e noutras áreas que vão obrigar ao recrutamento de mais funcionários para fazer face à assunção de tais responsabilidades. Reconheceu que, de facto, o trabalho do executivo não está completo e por isso mesmo se recandidata além de que, o mandato só terminará em setembro e até lá, algumas das questões colocadas ficarão resolvidas. Salientou que se tudo aquilo que gostava que fosse feito em Paredes já estivesse feito, a sua recandidatura não fazia sentido e deixaria o lugar a outro. Adiantou que o seu entendimento é o de que ainda é muito útil ao leme do executivo da Câmara Municipal e prometeu fazer muito mais no segundo mandato do que o muito que já foi feito no presente mandato. Às questões colocadas pelo deputado **Soares Carneiro**, referiu que a questão do parque de estacionamento não se prendia com a questão da ligação dos carros elétricos e que a ligação da própria iluminação só teve lugar na semana passada. Acrescentou que está a ser elaborado o respetivo Regulamento de utilização daquele parque de estacionamento e que também está a ser definido como vai ser feita a guarda do parque, dado que o local é um pouco mais escondido, pelo que poderá haver necessidade de ser vigiado. Relativamente ao projeto do Tribunal, observou que o mesmo se encontra concluído e que a Câmara Municipal esgotou tudo o que eram financiamentos comunitários, uma das grandes






diferenças entre o atual e o anterior executivo. Realçou que foi assim que se conseguiu fazer obra e ao mesmo tempo diminuir o passivo da Câmara Municipal de Paredes, pese embora o financiamento bancário não tenha chegado para tudo. Adiantou que o executivo está atento ao overbooking pelo que, no caso de a Câmara de Paredes ser, se for contemplada com essas verbas, avançará com as obras do Tribunal, entre outras que estão sinalizadas, como é o caso do mercado em Lordelo. Realçou que muitas destas obras já têm os respetivos projetos elaborados e estão prontas a avançar, assim haja fundos comunitários para tal. No que concerne à questão do OLAF, referiu que o deputado Soares Carneiro está muito enganado, pois que, a questão ainda está em Tribunal. Observou que o passivo não tem só provisões. Além disso, houve alterações no formalismo contabilístico da contabilidade pública em que parte das provisões passaram para diferimentos. Realçou que os 6 milhões de euros continuam no passivo, embora noutra sítio e que compreendia pelo facto de o deputado Soares Carneiro não dominar esta matéria. Relativamente à acusação de folclore político, aconselhou aquele deputado a questionar os seus colegas de bancada presidentes de Junta de Freguesia se as obras levadas a cabo nas suas freguesias tais como a reabilitação de edifícios, de escolas, a construção de passeios, os apoios às obras em IPSS, a construção do novo canil, a abertura de novas vias de comunicação, a construção de novos parques urbanos, o investimento na eficiência energética, a construção de novos parques de estacionamento, as obras da Casa da Juventude, as obras da piscina descoberta, o apoio aos bombeiros na ampliação e até na construção de novos quartéis de bombeiros, os investimentos em saneamento, são folclore político. Considerou que, se para o deputado Soares Carneiro todas estas obras são folclore político, para si são fruto de um trabalho do executivo desenvolvido em colaboração com os presidentes de Junta de Freguesia. Às questões colocadas pelo deputado **Albertino Borges**, destacou a obra muito digna no arraial. Quanto à instalação industrial que a **AMBISOUSA** pretende levar a cabo na Zona Industrial de Parada/Baltar de que falou igualmente o deputado **Manuel Gomes**, sustentou que se trata de uma unidade industrial como outra qualquer que simplesmente tratará resíduos orgânicos, algo muito específico. Esclareceu que a partir de 31 de dezembro de 2022, a população terá de começar a separar os resíduos orgânicos, como sejam os restos de comida e os verdes resultantes do corte da relva, sendo estes resíduos e nada mais o que vai ser tratado na unidade industrial. Referiu que terá de ser feito um grande trabalho e será necessário percorrer um grande caminho que está agora a dar os primeiros passos, no sentido de as pessoas começarem a separar aqueles resíduos cuja recolha será seletiva ou até

_____ *Alvaro Pinto* _____


_____ *José Borges* _____


depositados em contentores especiais. Reiterou que apenas estes resíduos irão para a unidade industrial porque são estes resíduos que vão dar origem ao biogás. No que diz respeito ao estudo de impacto ambiental, deu conta de que a unidade industrial não está obrigada a tal, pois que, é uma unidade industrial como outras que existem na Zona Industrial. Acrescentou que é uma unidade industrial que vai demorar muitos anos a trabalhar em pleno e que não vai tratar o lixo todo e, como tal, vai ser um trabalho gradual porque só vai tratar os resíduos orgânicos. Adiantou que tudo o que é de recicláveis continuará a ir para as fábricas de reciclagem em Lousada e Penafiel por forma a que os aterros existentes durem mais anos. Referiu que, posteriormente, o lixo terá que ir para incineradoras como a LIPOR na Maia, caso contrário, terá de haver outra incineradora, o que obrigará a um investimento a nível nacional dado que há perspectivas de o Governo criar novas incineradoras fora dos concelhos urbanos como são estes 6 onde nunca poderia existir uma incineradora. Esclareceu que a observação de uma instalação como esta poderá ser feita na LIPOR, que não existe qualquer odor e que, a única diferença é que os resíduos orgânicos são transformados em eletricidade e os outros em biogás por ser mais rentável. Observou que esta é uma unidade industrial inócua, fechada, sem nada não a céu aberto e não libertará cheiros. Adiantou que se pressupõe que os mesmos vão causar um impacto negativo não sendo isso o que se pretende. Acrescentou que os benefícios daí decorrentes são a criação de novos postos de trabalho além de que a sede será na Zona Industrial de Parada/Baltar, o que permitirá uma nova entrada na Zona Industrial, haja também uma expansão desta Zona Industrial, bem como a fixação de mais empresas e que esta será mais uma empresa no meio das que já lá se encontram. Manifestou a sua total disponibilidade para quaisquer esclarecimentos adicionais sobre esta matéria e que o Presidente da AMBISOUA poderá prestar todos os esclarecimentos acerca deste investimento. Às questões colocadas pelo deputado **Álvaro Pinto**, referiu que a Câmara Municipal continuará a apoiar os clubes com formação para o que desde logo são disponibilizados 50% da verba sem que os clubes apresentem os comprovativos que todos os anos tinham que apresentar. Quanto aos restantes 50%, revelou que há outros clubes que já estão a receber uma vez que apresentaram os respetivos comprovativos. Realçou o apoio dispensado aos clubes com a construção dos sintéticos, a colocação de nova iluminação, a aquisição de desfibrilhadores, facto que demonstra que a Câmara Municipal sempre esteve do lado dos clubes. Às questões colocadas pelo deputado **José Borges** relacionadas com a transferência de competências para as juntas de freguesia, defendeu que tem sido uma





experiência muito positiva e que esta política será para continuar caso seja reeleito. Às questões colocadas pelo deputado **Belmiro Sousa**, referiu que a Câmara Municipal está prestes a lançar o concurso público para a 1ª fase do saneamento. Revelou que a ligação do saneamento até 20 metros não será paga e será da responsabilidade do Município, tal como determina a ERSAR. Revelou que há uma importante verba do PRR para o Ciclo da Água, pelo que o executivo aproveitará todas as verbas disponíveis para avançar rapidamente com o saneamento por todo o Concelho, assim como na renovação de condutas de água onde for necessário. Quanto às questões colocadas pelo deputado **Manuel Vieira**, referiu que o Concelho de Paredes tem a particularidade de ser o único Concelho do País que tem 4 cidades. Salientou que a melhor homenagem que juntamente com o Presidente da Junta de Freguesia pode prestar à cidade é dar-lhe vida algo que tem sido feito todos os dias. Lembrou que foi adquirida uma infraestrutura que era património municipal que foi vendida no passado e onde está a ser feito um pavilhão que muito dignifica a cidade de Paredes e vai dar muita vida. Lembrou ainda outras obras na cidade de Paredes como a construção da piscina ao ar livre no Parque da Cidade, bem como o crescimento deste, a construção do Estádio Municipal e o Auditório Municipal para mais de 500 pessoas e com um Centro de Congressos. Reiterou que esta é a melhor homenagem que se pode fazer à cidade de Paredes, requalificá-la para que possa receber e fixar cada vez mais pessoas. Lamentou o facto de o deputado Manuel Vieira não ter podido estar na cerimónia do 25 de Abril, pois que, com a história que contou, a cerimónia seria ainda mais proveitosa. Relativamente às críticas, advertiu que as mesmas foram feitas ao partido, pois que, ficou muito mal ao PSD, com toda a história que tem no Concelho de Paredes, não estar representado naquela cerimónia. Relativamente às questões do deputado **Manuel Gomes**, garantiu que não haverá libertação de cheiro e convidou-o a visitar as instalações da LIPOR e se inteirar do que é uma unidade industrial de tratamento de resíduos orgânicos e não mais do que isso. Quanto à intervenção do deputado **Rui Silva**, afirmou que partilhava de tudo o que foi dito, o executivo fez o que estava ao seu alcance no apoio, quer à população, quer às empresas no âmbito da pandemia. Adiantou que este facto complicou um pouco o mandato sem que, no entanto, o executivo se tivesse escudado em tal facto para não realizar obra ou fazer o que de si a população esperava.





PERÍODO DA ORDEM DO DIA



1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o relatório de atividades municipais e situação financeira da Câmara Municipal.

Presidente da Assembleia – Informou que, para além do presente relatório, foram igualmente enviados a todos os deputados dois relatórios preliminares sobre o trabalho realizado pela Comissão de Acompanhamento do Resgate e sobre o trabalho desenvolvido pelo Grupo de trabalho para levantamento dos símbolos Heráldicos do Concelho. Informou que a Comissão de Acompanhamento é composta pelo Presidente da Assembleia e pelos deputados Rui Silva do PS, Soares Carneiro do PSD, Cristiano Ribeiro da CDU e Macedo de Lemos do CDS-PP. Fez um breve resumo de toda a atividade entretanto desenvolvida pelos respetivos grupos de trabalho e salientou que iria partir do princípio que os líderes de cada Grupo Municipal tenham tido o cuidado de transmitir aos seus companheiros tudo o que se está a passar na Comissão de Acompanhamento que prosseguirá os trabalhos até ao fim do mandato. Relativamente à Comissão de Heráldica, destacou a qualidade do extenso relatório promovido pelo engenheiro Cristiano Costa que foi o relator do grupo de trabalho, onde é mencionada a situação em que se encontra o Concelho em termos de heráldica. Informou que este grupo de trabalho está a acompanhar algumas freguesias que solicitaram apoio e que a Comissão que é constituída pelo Presidente da Assembleia, pelo deputado Cristiano Costa do PSD que é o relator e ainda pelos deputados, Rui Silva do PS, Cristiano Ribeiro da CDU e Macedo de Lemos do CDS-PP, tentará ajudar também até ao fim do mandato.

2 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2021 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por maioria, dos 42 membros presentes, a *“Ata da Sessão Ordinária de 30 de abril de 2021”*, com 37 votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDU e CDS-PP e 5 abstenções






dos deputados Ana Margarida Moreira Nogueira da bancada do PS e César Manuel Moreira da Costa, Maria Sofia Arrepiã Ferreira, Joaquim Tomás Fernandes Correia e Carlos Franclim Moreira da Silva da bancada do PSD por não terem participado naquela assembleia.

3 - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS - ANO 2020 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Presidente da Câmara – Referiu que, uma vez mais, aconteceu aquilo que já tinha acontecido nas contas apresentadas em 2018 e 2019, ou seja, o passivo baixou. Acrescentou que de 103 milhões de euros, em 2018, passou para 88 milhões de euros em 2019 e para 83 milhões, em 2020, menos 20 milhões de euros de passivo entre final de 2017 e final de 2020. Garantiu que para o ano e anos seguintes, o passivo não vai aumentar apesar de o executivo continuar a fazer obras, aproveitando ao máximo os fundos comunitários que estão à disposição do Município. Saliu que a redução do passivo, que é o que é mais significativo nas contas, aconteceu num contexto em que a Câmara reduziu o IMI que é uma das suas principais receitas de 0,4 em 2017, para 0,3, em 2021, e que era um dos compromissos eleitorais do PS. Acrescentou que se o executivo tivesse mantido a taxa existente em 2017, teria havido mais 8 milhões de euros para fazer obras ao longo dos 4 anos e que este é um facto indesmentível, bastando para isso pegar na base e verificar o diferencial de 0,4% para 0,3% e multiplicar. Deu conta de que outro exemplo do saneamento que está a ser feito nas finanças municipais tem a ver com a dívida a fornecedores que, no final de 2017 ascendia a 17,275 milhões de euros para 7,223 milhões de euros no final de 2020, uma vez mais fazendo obra e devendo cada vez menos aos fornecedores. Destacou o aproveitamento de todos os fundos comunitários à disposição e deu como exemplo as obras do Arraial em Parada e a construção do canil, obras realizadas com recurso a fundos comunitários. Saliu que uma das poupanças está nos fornecimentos e serviços externos, que desce 1 milhão de euros de 2019 para 2020 e que este facto se deve também a outras poupanças como a realização de algumas obras por administração direta.


Soares Carneiro (PSD) – Referiu que o orçamento inicial para 2020 era já um orçamento perfeitamente empolado e que previa uma verba de 61,7 milhões de euros tendo sido alterado por duas vezes. Acrescentou que com isso passou então para 71,8 milhões de euros, acentuando cada





vez mais o desfasamento entre aquilo que é a realidade financeira do Município e a previsão da receita e da despesa para o ano de 2020. Realçou que a receita cobrada em 2020 que é a receita normalmente cobrada pelo Município foi de 45,3 milhões de euros e que é com este dinheiro, em que não está incorporado o saldo da gerência anterior, que terá de ser feita a gestão da Câmara Municipal e não com 71 milhões de euros. Observou que com a incorporação do saldo da gerência anterior a receita da Câmara Municipal foi de 48,7 milhões de euros que foi o que o Município teve para gastar em 2020. Realçou que o volume de compromissos assumidos pela Câmara Municipal em 2020 foi de 68,5 milhões de euros, a coberto deste orçamento fortemente empolado e distorcido da realidade e com uma receita de 48 milhões de euros. As obrigações do ano foram 53,22 milhões de euros sendo que os compromissos para o futuro foram de 15,27 milhões de euros, tendo ficado por pagar nas obrigações de 2020 quase 7 milhões de euros. Questionou o Presidente da Câmara sobre onde estava o rigor quando se gasta mais do que aquilo que se recebe? Adiantou que dos 53,22 milhões de euros de compromissos assumidos, a Câmara Municipal pagou 46,4 milhões de euros em 2020. Perguntou onde estava então a menor despesa corrente? Lembrou que o Presidente da Câmara, em tempos, anunciou numa sessão da Assembleia Municipal que ia ser a menor despesa corrente de sempre, mas que a despesa corrente em 2020 foi de 26,9 milhões de euros. Lembrou que em 2017, último ano de gestão do PSD, a despesa corrente foi de 26,7 milhões de euros e que o Presidente da Câmara, habilidosamente, como é sua prática, irá dizer que esta foi a despesa paga. Defendeu que não só foram pagos 26,9 milhões de euros em 2017, como só foram pagos 26,9 milhões de euros, em 2020, pelo que, as obrigações assumidas a título de despesa corrente durante 2020 foi de 35 milhões de euros, tendo sido pagos 26,9 milhões de euros. Acusou o executivo de, num ano de pandemia e no meio de tantos milhões de que tanto se fala para diversas obras, apenas ter transferido para as famílias paredenses 220 mil euros. Acusou o Presidente da Câmara de, com o malabarismo dos números, não pretender revelar que entre 2018 e 2020, mesmo com a diminuição do IMI, a Câmara cobrou aos paredenses mais 2,5 milhões de euros em impostos, sem contar com o IRS e a participação no IVA. Resumindo, realçou que em impostos, a Câmara cobrou em 2018 mais 1 milhão de euros, em 2019 mais 1 milhão 190 mil euros em impostos e em 2020, mesmo com a descida do IMI e apesar da pandemia, mais 300 mil euros. Salientou que a diminuição de 2 milhões de euros com o IMI não passava de uma fixação e de uma mentira propalada pelo Presidente da Câmara. Acrescentou que em 3 anos, foram cobrados mais 2,5 milhões de euros em impostos sendo que, a acrescentar-






se os valores cobrados em IRS e IVA, seriam 3,73 milhões de euros em impostos cobrados pela Câmara Municipal, a mais do que aquilo que deveria ter sido cobrado em 2017. Destacou que o executivo municipal beneficiou também de um enorme conjunto de transferências correntes, tais como o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o IRS, o Fundo Social Municipal e a participação no IVA, que decorrem do cumprimento da Lei de financiamento das autarquias locais por parte do Governo do Partido Socialista que antes não a cumpria. Salientou que relativamente a 2017, a Câmara Municipal recebeu a mais 9,2 milhões de euros no total dos três anos sem contar com 2021. Observou que a descida do IMI relativamente a 2017 foi de apenas 600 mil euros. Realçou que a dívida em 2017 era de 50,6 milhões de euros sendo em 2020 de 37,79 milhões de euros o que, aparentemente, dá menos 12,8 milhões de euros. Acrescentou que descontados o aumento de impostos e as transferências correntes no valor de 11,78 milhões de euros, a diminuição real da dívida é de 1 milhão de euros. Salientou que somados à dívida de 37,79 milhões de euros os empréstimos contraídos, em 2020 e em 2021, no valor de 32,33 milhões de euros, conclui-se que, neste momento, a dívida é de mais de 70 milhões de euros. Observou que a dívida dos 50 milhões englobava os 14 centros escolares, pelo que o anterior executivo terá contraído uma dívida de cerca de 15 milhões de euros. Acusou o Presidente da Câmara de ter um descaramento sem limites porque previu 12,3 milhões de euros de venda de ativos financeiros e nada ter cobrado em 2020. Lembrou que por causa de um malabarismo parecido, mas menor, o Presidente da Câmara pôs em Tribunal o anterior Presidente da Câmara por falsificação dos orçamentos. Perguntou o que se podia dizer agora quando se previu uma receita de 12,3 milhões de euros e nada se cobrou?


Rui Silva (PS) - Começou por desafiar o deputado Soares Carneiro a elencar quais os impostos aumentados aos paredenses, que novas cobranças foram feitas indevidamente. Adiantou que estava a ser discutida a prestação de contas do Município do ano de 2020 que, tal como nos 3 anos anteriores, foi marcado por uma gestão transparente, responsável e cuidada. Destacou o rigor e a eficiência demonstrados pelos resultados apresentados e de onde ressalta a diminuição do passivo. Considerou que seria injusto que a bancada do PS não efetuasse de forma sucinta, mas assertiva, uma análise às razões do agrado pelo trabalho apresentado e do apoio ao executivo que juntou à grandeza e qualidade da sua gestão, uma preocupação permanente em fazer investimentos necessários ao desenvolvimento do Concelho. Lamentou o facto de o deputado

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Soares Carneiro, com a sua intervenção, ter posto em causa o trabalho e competência do Revisor Oficial de Contas do Município que, afinal, é o mesmo do anterior executivo. Realçou o facto de o executivo nunca ter perdido de vista a contenção do passivo municipal, colocando-o em valores que se registavam em 2010. Manifestou a sua convicção de que, no próximo ano, e já com a incorporação nas contas do empréstimo de 20 milhões de euros para o pagamento do Resgate, o passivo municipal irá diminuir novamente. Adiantou que muitos dos que apoiaram os anteriores executivos se questionam agora de como isto foi possível com a maior onda de obras que o Concelho jamais assistiu e com a resolução de problemas que tinham décadas. Realçou a recompra e retorno à propriedade municipal de vários imóveis e a diminuição do passivo em 20 milhões de euros em apenas 3 anos. Observou que o segredo foi resolver o bloqueio no acesso aos fundos comunitários criado pela anterior gestão camarária e apresentar candidaturas para todos os investimentos possíveis às linhas de financiamento comunitário. Adiantou que só assim, foi possível baixar o valor da dívida e a concretização de muitas obras que os paredenses há muito ansiavam, dada a reduzida comparticipação do município para as mesmas. Realçou os vários investimentos que decorrem por todo o Concelho e que vão desde a reabilitação de edifícios e escolas, à construção de equipamentos desportivos, passeios pedonais, aumento da oferta de habitação social, novos parques urbanos, apoios às IPSS, obras nos quartéis de Bombeiros, Casa da Juventude, piscina ao ar livre, parques de estacionamento e o avanço com o saneamento básico e várias obras de proximidade. Acrescentou que estes são factos concretos, não são cidades inteligentes nem promessas da vinda de multinacionais. Referiu que tudo foi planeado de uma forma temporal no sentido de permitir que o seu pagamento não levasse ao aumento do passivo e que ao mesmo tempo fossem reduzidos os encargos bancários. Realçou que estes investimentos foram lançados num contexto em que o IMI desceu para a taxa mínima, a mais baixa de sempre no Concelho de Paredes, facto que implicou a perda anual de cerca de 2 milhões de euros de receita. Considerou que a *cereja no topo do bolo* foi o executivo ter preparado as contas municipais tendo em vista o financiamento a contrair para pagamento do Resgate. Destacou a requisição de património que era municipal e que os anteriores executivos do PSD venderam para se avançar com a construção do saneamento básico e da rede de distribuição de água nas zonas de reduzida cobertura. Adiantou que esta é uma preocupação para os paredenses e um problema de somenos para o PSD que talvez não interesse. Referiu que por tudo o que foi exposto e pelo que foi realizado ao longo destes 4 anos de mandato, qualquer semelhança com o passado é pura





coincidência e que o controle das contas não se esgotou em si mesmo, pois que, o Concelho conheceu nova dinâmica em todas as suas vertentes como nunca antes se viu. Manifestou a certeza de que os paredenses continuarão a apoiar o executivo e a confiar-lhe os seus destinos e que face ao trabalho apresentado, a bancada do PS votará a favor do assunto ora em análise.


Ricardo Santos (PSD) – Referiu que a análise das contas se baseava em dois grandes pontos, num ano de Covid com a contração do PIB do País em mais de 8% e a alteração contabilística do POC para o novo SNCAP que a bancada do PS se esqueceu de mencionar. Observou que o financiamento comunitário de ativos financeiros tangíveis vai para outras variações do capital próprio quando antes ia para o passivo. Referiu que relativamente aos funcionários da autarquia, eram 557, em 2019, sendo 618 em 2021, mais 130 novos contratados e manifestou a sua surpresa pelo facto de a CDU não ter falado das 44 cessões de contratos feitas pela autarquia. Acrescentou que ao mesmo tempo que aumentava o número de funcionários públicos, recusavam-se competências do Governo e perguntou quanto mais funcionários públicos serão contratados quando se assumirem novas competências? Referiu que a tudo isto havia que somar 1 milhão de despesa fixa com funcionários a receber pouco mais de 800 euros. Disse duvidar que a bancada do Partido Socialista tenha lido o documento ora em discussão e salientou que o grande investimento do Partido Socialista na educação foi nas escolas de Lordelo e Rebordosa e que mereceram transferências do Governo para pagamento das obras. Referiu que o PS fez um magnífico investimento de 100 mil euros nos centros escolares em que acusou de ter sido o maior crime cometido pelo PSD no Concelho de Paredes. Quanto ao Plano de Atividades Municipais, lembrou que apesar da Covid que levou ao encerramento de todas as instituições culturais, para seu espanto, o executivo gastou 200 mil euros que só pode justificar com o Facebook e com a contratação da comunicação. Relativamente às transferências, considerou ser uma aldrabice falar-se da redução de impostos sem se falar das transferências centrais e lembrou que jamais a Câmara abdicou da comparticipação que podia fazer em IRS, quase 800 mil euros, assim como a comparticipação do IVA e outros impostos. Observou que se, de facto, os impostos indiretos desceram 6%, só em IRS e IVA a Câmara foi buscar mais 10% e que em vendas de bens e serviços aumentou quase 200 mil euros os valores para os famosos trabalhos de especialidades, estudos, pareceres e consultadoria. Adiantou que tudo isto aconteceu, ao mesmo tempo que foram transferidas responsabilidades para as juntas de freguesia e manifestou a certeza de que foi


[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

também para pagamento de serviços para quem trocou o laranja pelo rosa. Lembrou que ao longo de meses a fio, o executivo afirmou que a Câmara de Paredes era a Câmara que mais apoio dava às famílias em época de Covid, tendo igualmente afirmado que iriam isentar as famílias, as empresas, os comerciantes todos os que necessitassem. Acrescentou que a Câmara cobrou mais 1% de taxa do lixo, relativamente ao valor cobrado em 2019 e acusou o Presidente da Câmara de mentir e aldrabar os paredenses com as contas apresentadas e de não ter apoiado as famílias paredenses com o que quer que fosse.

Presidente da Câmara – Considerou que a análise ao Relatório de Gestão e Contas – 2021 feita pelos deputados do PSD foi muito fraco e advertiu que o problema do deputado Soares Carneiro advém do facto de ser advogado e se basear muito no nº 1 do artigo 9º do Código Civil, a interpretação da Lei. Observou que nos códigos do SNC não existe o artigo 9º e aplica-se a máxima que é “*contra factos não há argumentos*”. Realçou que o deputado Soares Carneiro, habitualmente, usa a sua habilidade de advogado para falar de orçamentos quando se está a tratar de contas e falar em contas quando se discutem os orçamentos. Observou que muitas das obras que o Município executa são obras plurianuais, logo não são executadas no próprio exercício como por exemplo, a Piscina Municipal, o Estádio Municipal que começaram o ano passado e só vão terminar no presente ano e o Auditório Municipal que vai começar este ano e terminar em 2023. Salientou que a Câmara Municipal tem que retirar este ano, o que diz respeito ao exercício deste ano e no exercício dos anos seguintes terá que retirar o que vai ser pago nos anos seguintes, o que justifica o facto de os compromissos serem superiores às receitas do ano. Refutou as acusações de falta de apoio às famílias e lamentou o facto de o PSD ter ignorado o apoio ao Bombeiros, às IPSS, às empresas, o investimento de 400 mil euros na compra de computadores para o apoio ao ensino à distância, tendo sido o primeiro Município a fazê-lo e ainda a isenção do pagamento das taxas de terrado aos feirantes. Relativamente ao aumento de impostos, salientou o facto de, em 2017, os paredenses pagarem uma taxa de 0,4% para passarem a pagar uma taxa de 0,3%, em 2021, facto que, de forma alguma se traduz num aumento de impostos. Deu conta, a título de exemplo, de que um munícipe com uma casa avaliada em 100 mil euros que pagava em 2017, um valor de IMI de 400 euros, passou a pagar 300 euros em 2021; uma empresa com um pavilhão avaliado em 1 milhão de euros e que pagava de IMI 4.000 euros em 2017, passou a pagar 3,000 euros em 2021, que as pequenas e microempresas com faturação até 150 mil euros que







pagavam, em 2017, 0,5% de derrama, nada pagam em 2021. Questionou o deputado Soares Carneiro se achava que estes factos eram sinónimo de aumento de impostos? Garantiu que os empréstimos contraídos pela Câmara Municipal estão plasmados nas contas do Município, pelo que, dizer-se o contrário é ultrapassar todos os limites. Manifestou a sua satisfação pelo facto de o passivo do Município ter diminuído em 20 milhões de euros desde 2017 a 2021, apesar das obras levadas a cabo, algumas das quais ainda a decorrer. Desejou que os paredenses reconheçam a sorte que o seu executivo tem, porque quanto mais trabalha e se dedica, com mais rigor, mais sorte tem, sendo esse um sinal de que o Concelho está no bom caminho assim como as contas do Município.

A Assembleia aprovou por maioria, dos 42 membros presentes, *“O Relatório de Gestão e Contas Ano - 2021”*, com 28 votos a favor das bancadas do PS e da CDU e dos deputados, Cristiano Marques da Costa, Américo Manuel de Oliveira e Castro, da bancada do PSD, e José Augusto da Silva Borges, presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PSD), 9 votos contra da bancada do PSD e 6 abstenções da bancada do CDS-PP (1) e dos presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes, Joaquim Tomás Fernandes Correia, Carlos Franclim Moreira da Silva, António Manuel de Bessa Oliveira, Fernando Nuno Leal Lamas Serra e António Carlos Pacheco da Cunha (representante da Junta de Freguesia de Vilela) da bancada do PSD.

Declaração de voto do deputado Álvaro Pinto (CDU) – Referiu que nunca um voto seu será um voto escondido nem meio voto e durante muito tempo, há sempre aqueles que estão na oposição e no executivo. Disse ter verificado o relatório do Revisor Oficial de Contas, as receitas e as transferências correntes e de capital, o Plano Plurianual de Investimentos, em relação àquilo que é o enquadramento para todo o universo de investimentos e, em função disso, concluiu que as contas estão certas pelo que a CDU não podia votar contra. Acrescentou que o voto a favor resulta de uma discussão interna.



4 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO COM RECURSO À LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO





Soares Carneiro (PSD) – Referiu que este é um exemplo daquilo que é uma gestão à vista, inicialmente imprudente e no mínimo impreparada, pois que este processo começou pela aquisição da antiga Adega Cooperativa de Paredes sem que o executivo tivesse qualquer projeto para o local, uma compra que surgiu pelo caminho. Lembrou que aquando da compra do imóvel, alertou o Presidente da Câmara para que se fizesse uma troca de ideias para saber o que lá se deveria fazer. Observou que o executivo depois de ter candidatado o fórum cultural ou um pavilhão multiusos tal como a candidatura foi apresentada, resolveu fazer outro pavilhão multiusos, um auditório e um pavilhão de exposições repetindo aquilo que tinha sido a candidatura anterior. Referiu que a primeira abertura de procedimento foi feita em julho de 2020 com o valor de 5,2 milhões de euros e como os concorrentes apontaram muitos erros e omissões porque o concurso foi mal lançado, a Câmara reconheceu que havia 1/5 de erros e omissões e aumentou o valor do concurso público internacional para 6,2 milhões de euros. Observou que o projeto já estava aprovado no NORTE 21 com os 5,2 milhões de euros e que agora se estava presente um empréstimo para cobrir o remanescente, cerca de 50%. Lembrou que na altura afirmou que o estudo custo/benefício apresentado era uma falsidade dado que nenhuma instituição pagaria 3 mil euros pelo arrendamento da sala de exposições e de congressos ou pagar mais de 700 euros por cada dia no Auditório Municipal. Adiantou que o PSD certamente estaria de acordo se o Presidente da Câmara tivesse dialogado e consensualizado fazer um pavilhão multiusos de raiz, algo que fosse competitivo a nível do Vale do Sousa, somando os 2 equipamentos que custam cerca de 11 milhões de euros. Considerou que tal facto faria com que Paredes tivesse algo de novo, que os outros não têm, com novas valências, mas que atrás dos fundos comunitários, à pressa e sem pensar, sem curar do futuro, resolveu-se fazer 2 equipamentos sofríveis em vez de um como deveria ser. Revelou que, o PSD abster-se-á na votação do presente assunto.

Rui Silva (PS) – Referiu que o PSD da Câmara Municipal esteve de acordo até porque qualquer pessoa fica perfeitamente elucidada com as explicações vertidas no documento ora em discussão. Observou que 24 anos não chegaram ao PSD para fazer um equipamento que fosse referência no Vale do Sousa e que teve de ser agora, em 4 anos, fazer-se 2 equipamentos que serão referência no Vale do Sousa e no Norte de Portugal. Relativamente aos valores a cobrar, realçou que estes são valores cobrados, por dia de utilização, pela realização de congressos partidários e outros eventos.

Quanto à Adegas Cooperativas, lembrou que o local estava destinado à construção de mais uma grande superfície ou algo do género e que o executivo estava para tomar decisões sendo que, o destino não se vê, antes se prepara.

Presidente da Câmara – Referiu que o que estava em causa era simplesmente a contração de um empréstimo em condições muito vantajosas para o Município. Acrescentou que é um empréstimo contraído junto do BEI, com uma taxa de juro praticamente nula a 15 anos, para financiar um equipamento que durará muito mais no tempo. Saliu que, com o brutal aumento de receita propalado pelo deputado Soares Carneiro, este viesse dizer que não era necessária contração do presente empréstimo. Garantiu que não existe uma gestão à vista, imprudente e impreparada e discordou do facto de se dizer que são 2 equipamentos sofríveis e só o diz quem não tem conhecimento dos respetivos projetos. Sublinhou que o Pavilhão Multiusos é uma obra que vai dar muita vida a Paredes, que é um espaço com 3 naves que permitirá a realização de eventos culturais e desportivos. Revelou que está a ser estudada uma forma de, no futuro, haver uma ligação mais direta entre o Auditório e os outros equipamentos porque não se pode ter apenas o acesso que passa na rotunda sendo necessário criar outro acesso para que a cidade não fique condicionada naquele acesso. Adiantou que em Paredes existe um Auditório para apenas 140 pessoas que não permite a realização de um espetáculo de uma forma condigna. Saliu que se está a falar de um equipamento que custará mais de 6 milhões de euros e que permitirá a realização de qualquer tipo de evento ao mais alto nível, sendo também o edifício mais alto de Paredes. Revelou que será um edifício que terá uma altura de 20 metros de boca de cena e outro tanto para cima para permitir que os próprios cenários subam e desçam como acontece nas grandes salas do País que não existem senão no Porto. Realçou que a Câmara Municipal esgotou todos os fundos comunitários para a reabilitação e independentemente do valor da obra, só existiam 3 milhões de euros de fundos comunitários disponíveis para a reabilitação. Destacou que o que tem permitido a realização de obras e simultaneamente a redução do passivo, é justamente o facto de os investimentos estarem a ser levados a cabo de forma escalonada, assim como os respetivos pagamentos.

A Assembleia aprovou por maioria, dos 42 membros presentes, a *“Contratação de empréstimo de médio e longo prazo com recurso à Linha BEI PT 2020 - Autarquias”*, com 27 votos a favor das

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

bancadas do PS, CDS-PP e da CDU e dos deputados, Cristiano Marques da Costa da bancada do PSD e José Augusto da Silva Borges, presidente da Junta de Freguesia de Louredo, e 15 abstenções da bancada do PSD.



Declaração de voto do deputado Macedo de Lemos (CDS-PP) – Justificou o voto favorável do CDS-PP com o facto de a aquisição do imóvel ser já um facto consumado e ainda porque a contração do empréstimo revela uma boa prática de gestão.

5 - ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PAREDES PARA ADEQUAÇÃO AO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Ricardo Santos (PSD) – Referiu que a principal razão na apresentação do documento ora em discussão se prende com atrasos neste procedimento devido ao Covid-19. Considerou que este facto não faz sentido, pois que, os serviços camarários não atendem presencialmente pelo que deveriam ter separado o processo. Questionou: Há consciência de que se estava a permitir mais 4 mil m² para serem dados a determinadas empresas? Porque não se espera que esta regularização que o Partido Socialista quer seja feita aquando da entrada da nova revisão do PDM? Adiantou que com esta alteração fica implícito que não haverá nenhuma outra alteração ou legalização de empresas que são ilegais e que vêm à Assembleia para aprovação. Perguntou então: Porque razão vieram estas 3 empresas se as mesmas foram escolhidas aleatoriamente? Não sendo assim, será que alguém destas empresas conhece alguém da Câmara?

Rui Silva (PS) – Prescindiu.

Presidente da Câmara – Referiu que são apenas 3 empresas porque são as que faltam sendo que as restantes já mereceram a apreciação da Assembleia Municipal e que o atraso na entrada em vigor do PDM se deve à pandemia. Adiantou que o que afirmou o deputado Ricardo Santos revela uma total impreparação relativamente ao assunto em discussão o que até achou normal dada a especificidade de uma discussão sobre o PDM. Asseverou que o PDM não depende só dos serviços camarários, mas também de consultas à APA e à CCDRN, entre outras entidades que têm de dar o seu aval para a sua alteração e que as reuniões feitas por zoom vêm atrasar todo o

processo. Observou que a regularização extraordinária do licenciamento destas empresas foi aprovada em 2017 e que as respetivas obras de adequação terão de ser levadas a cabo, caso contrário a Câmara estaria a prejudicá-las e a atrasar a realização dessas obras.

A Assembleia aprovou por maioria, dos 41 membros presentes, a *“Alteração ao Plano Diretor Municipal de Paredes para adequação ao Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE)”*, com 26 votos a favor das bancadas do PS e da CDU e dos deputados, Cristiano Marques da Costa da bancada do PSD e José Augusto da Silva Borges, presidente da Junta de Freguesia de Louredo, e 15 abstenções das bancadas do PSD e do CDS-PP.

6 - PROCEDIMENTO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO - JOSÉ ALBERTO COSTA SOUSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Presidente da Assembleia - Informou que o senhor Primeiro secretário não participará na discussão e votação do presente assunto.

A Assembleia aprovou por maioria, dos 41 membros presentes, o *“procedimento especial de regularização - José Alberto Costa Sousa”*, com 23 votos a favor da bancada do PS e dos deputados, Cristiano Marques da Costa, da bancada do PSD e José Augusto da Silva Borges, presidente da Junta de Freguesia de Louredo, 3 votos contra da bancada do PSD e 14 abstenções das bancadas do CDS-PP e da CDU e dos deputados e presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes da bancada do PSD, César Manuel Moreira da Costa, Maria Sofia Arrepiá Ferreira, Manuel de Almeida Vieira, Manuel José Barbosa Gomes, Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes, Jorge Miguel Campanhã Oliveira Joaquim Tomás Fernandes Correia, Carlos Franclim Moreira de Sousa, António Manuel de Bessa Oliveira, Américo Manuel de Oliveira e Castro e António Carlos Pacheco da Cunha da bancada do PSD. O Senhor primeiro secretário da Mesa da Assembleia Municipal não participou na discussão e votação do presente assunto.

Declaração de voto do deputado Manuel Gomes (PSD) - Referiu que os 3 deputados do PSD que votaram contra, fizeram-no porque não concordam com o benefício dos prevaricadores em detrimento dos cumpridores.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

NIPG 51210/21

7 - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL - MOTORISTA DE TRANSPORTES COLETIVOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por maioria, dos 39 membros presentes, a *“proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento de dois assistentes operacionais - alteração ao Mapa de Pessoal - Motorista de Transportes Coletivos”*, com 28 votos a favor das bancadas do PS, CDS-PP e da CDU e dos deputados, Cristiano Marques da Costa e Américo Manuel de Oliveira e Castro, da bancada do PSD e José Augusto da Silva Borges, presidente da Junta de Freguesia de Louredo, e 11 abstenções da bancada do PSD.

8 - 2ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por unanimidade, dos 40 membros presentes, a *“2ª Retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Rebordosa”*.

9 - CONTRATO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE ASTROMIL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

José Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Astromil - Deu conta do quão fáceis e transparentes foram estes anos de governação quando se fazem as coisas por gosto e com o sentimento de fazer o bem para todos e que não há nenhuma freguesia que possa dizer o contrário. Em seu nome e em nome dos astromilenses, agradeceu ao Presidente da Câmara e vereadores o excelente trabalho realizado em prol de todos os paredenses. Acrescentou que não tem dúvidas de que, no próximo mandato, o Presidente da Câmara será igual a si próprio, *palavra dada palavra honrada*.

Manuel Gomes (PSD) - Referiu que o PSD votará a favor deste ponto, mas lamentou a

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

inexistência de uma bitola única para aplicação e distribuição dos dinheiros municipais por todas as freguesias.

A Assembleia **aprovou por unanimidade**, dos 40 membros presentes, o *“Contrato de Cooperação a celebrar com a Freguesia de Astromil”*.

Presidente da Assembleia - Sendo zero horas consultou o Plenário quanto à continuidade dos trabalhos, tendo este deliberado, por unanimidade, pela sua continuidade.

10 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE AGUIAR DE SOUSA PARA REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADORA E TRATOR - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por unanimidade**, dos 40 membros presentes, a *“Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Aguiar de Sousa para reparação e manutenção de máquina retroescavadora e trator”*.

11 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DA SOBREIRA PARA RECONSTRUÇÃO DA PONTE DOS LAMEIROS - SANTA COMBA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

João Gonçalves - Presidente da Junta de Freguesia de Sobreira (PS) - Agradeceu ao Presidente da Câmara a atribuição deste subsídio que serviu para a reconstrução da Ponte dos Lameiros que considerou de interesse estratégico para vários fins, como a proteção contra incêndios pelo que era de enorme importância repô-la.

A Assembleia **aprovou por unanimidade**, dos 40 membros presentes, a *“Atribuição de subsídio à Freguesia de Sobreira para reconstrução da Ponte dos Lameiros - Santa Comba”*.

12 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA EX - EN 106 - 3, NA FREGUESIA DE CETE E NA FREGUESIA DE PAREDES (MOURIZ) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A Assembleia **aprovou por unanimidade**, dos 40 membros presentes, a proposta de colocação de *“Sinalização vertical e horizontal na ex-EN106-3, na Freguesia de Cete e na Freguesia de Paredes (Mouriz)”*.



Presidente da Assembleia – Propõe à Assembleia a aprovação em minuta da ATA desta reunião para aplicação imediata.

A Assembleia **aprovou por unanimidade**, dos 40 membros presentes, a aplicação da ATA desta reunião em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Solicitou o uso da palavra o senhor Manuel Pinho, residente em Lousada.

Referiu que era importante que o Presidente da Câmara respondesse às questões, pois que alguns deputados colocaram questões e não obtiveram resposta e a população precisa de respostas. Adiantou que nas últimas 3 sessões da Assembleia Municipal foram aprovados 3 empréstimos no valor de mais de 28 milhões de euros, os quais farão parte do passivo. Acrescentou que é uma falácia dizer-se que o passivo reduziu 20 milhões de euros e até deveria ter diminuído mais por não ter havido investimento, além de que houve transferências do estado. Observou que o passivo contingente como os 6 milhões do OLAF também é passivo, havendo que contar, igualmente, com a ação de mais de 120 milhões de euros movida pela Be Water à Câmara Municipal. Disse ter conhecimento do valor com que a Câmara pretende indemnizar a Be Water e que o Presidente da Câmara devia responder a essa questão e informar até que valor pretende indemnizar a concessionária. Afirmou que a indemnização pode chegar aos 120 milhões de euros pelo que, em ano de eleições, o passivo poderá estar muito próximo ou superior a 200 milhões de euros, pois que, contabilisticamente, é assim que as coisas são. Saliu que o Presidente da Câmara se tem enganado muito dado que em julho afirmou que iria ser o Fundo de Apoio Municipal a pagar o Resgate e agora diz que vai ser o PRR. Realçou que não existe qualquer verba para rede de água e saneamento e que o ciclo da água deve ser esquecido porque não passa de uma invenção, é um documento fechado, aprovado pela União Europeia. Observou que há realmente água e

saneamento, mas na Madeira, no Algarve, mas não está lá Paredes. Lembrou que em abril questionou sobre o valor das revistas, um infomail interessante para quem se quer autopromover, até porque um autarca que é eleito tem que saber ao cêntimo quanto se gasta. Lamentou o facto de não ter recebido resposta do Presidente da Câmara e de os serviços não terem sido capazes de prestar esta informação, algo que os paredenses pretendem saber. Afirmou que percebeu que na sua última intervenção sobre a Be Water, o Presidente da Câmara manifestou uma ideia estranha sobre direito ao dizer que *a decisão judicial vai ser favorável à autarquia porque há separação de poderes*. Defendeu que ao Presidente da Câmara cabe aguardar a decisão do Tribunal e não antecipá-la o que demonstra sobrançeria e falta de respeito pela separação de poderes, dando ideia de que está acima dos tribunais.

Presidente da Câmara – Referiu que dará instruções aos serviços para que façam chegar a informação relacionada com os custos da revista.

Presidente da Assembleia Municipal – Dirigindo-se a todos os deputados, referiu que de acordo com o nº 1 do artigo 27º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal reúne-se 5 vezes, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro. Acrescentou que a próxima sessão ordinária que deverá ser em setembro, coincide com a data das eleições autárquicas pelo que poderá não haver condições para efetuar uma sessão da Assembleia Municipal devido à campanha eleitoral, exatamente como aconteceu na última campanha autárquica. Adiantou que tudo dependerá da necessidade e de orientações que poderão ser recebidas a nível nacional, nomeadamente da CNE. No caso de esta ser a última sessão da Assembleia Municipal, aproveitou para agradecer a colaboração de todos, despedindo-se dos seus colegas de Mesa e de todos os membros da Assembleia de todos os Grupos Municipais sem exceção, do secretariado e daqueles que trataram da tecnologia do som. Deixou igualmente uma palavra de agradecimento ao Presidente da Câmara e membros do executivo municipal, representantes da comunicação social que estiveram sempre presentes e divulgaram as ações da Assembleia e de todos os munícipes de Paredes que colaboraram, participaram, questionaram e tornaram as Assembleias sempre esclarecedoras, coisa rara em 12 anos de trabalho cívico como vereador (4) e membro da Assembleia Municipal (8). Considerou que este foi um mandato esclarecedor, pois que, houve sempre a possibilidade de se saber o que se passava no Concelho e de esclarecer dúvidas, porque há muitas decisões do Município que não se conhecem e só nas assembleias municipais se

_____  _____

_____  _____

consegue esse esclarecimento. Informou que mesmo sem sessões públicas a Assembleia Municipal continuará a trabalhar até às eleições, através das suas comissões de trabalho e do grupo de trabalho da heráldica que vai continuar o seu trabalho. Por fim, manifestou a sua disponibilidade através do secretariado da Assembleia Municipal.

E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da mesa, foram encerrados os trabalhos sendo zero horas e vinte minutos do dia vinte e seis de junho de 2021.

E para constar se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada.

E eu, Verónica de Brito Castro, Chefe de Divisão Administrativa a redigi e assino conjuntamente com Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.



_____ **Baptista Pereira, Dr.**



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

2- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2021

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS			X
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD			X
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

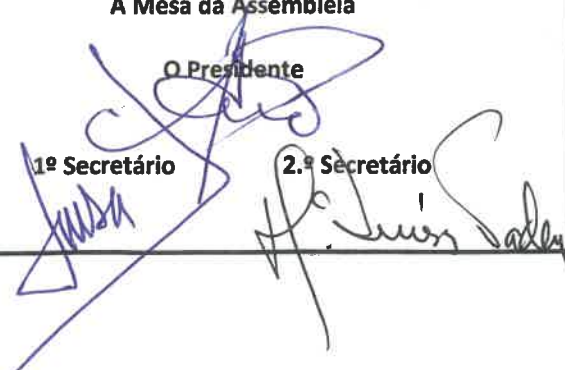
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25**

3- RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS - ANO 2020

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD		X	
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD		X	
Maria Sofia Arrepla Ferreira a)	PPD/PSD		X	
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD		X	
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD		X	
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD		X	
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD		X	
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD		X	
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD		X	
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD		X	
António Macedo de Lemos	CDS-PP			X
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Francim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			X
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

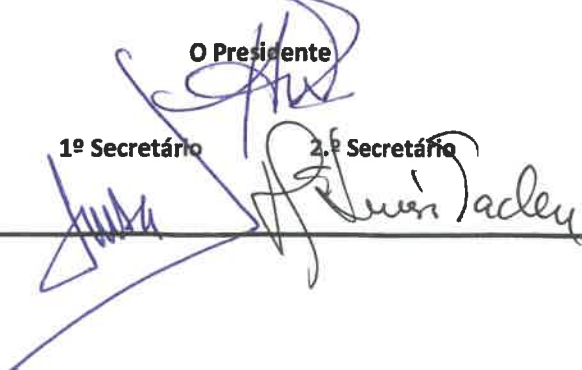
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento do titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

4- CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO COM RECURSO À LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD			X
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD			X
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD			X
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD			X
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			X
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD			X
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			X
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

5- ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PAREDES PARA ADEQUAÇÃO AO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD			X
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD			X
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD			X
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD			X
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			X
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD			X
António Macedo de Lemos	CDS-PP			X
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Renito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			X
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

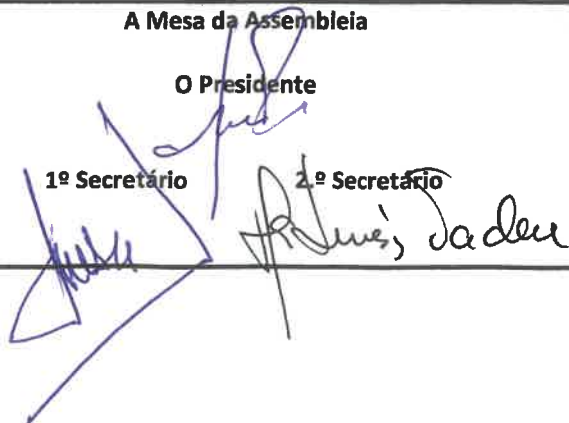
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento do titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

6- PROCEDIMENTO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO - JOSÉ ALBERTO COSTA SOUSA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD		X	
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD			X
Maria Sofia Arrepla Ferreira a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD		X	
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD		X	
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD			X
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			X
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD			X
António Macedo de Lemos	CDS-PP			X
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU			X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			X
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU			X

Observações:

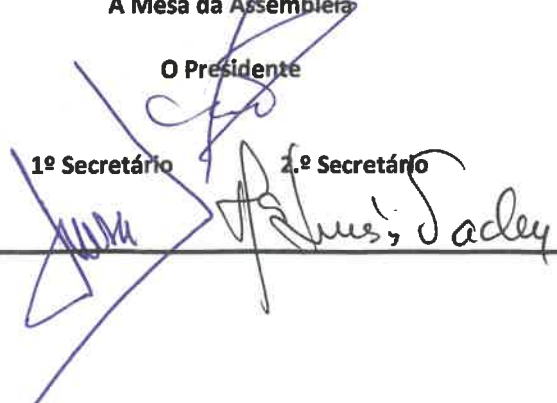
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

7- PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL - MOTORISTA DE TRANSPORTES COLETIVOS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD			X
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD			X
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD			X
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD			X
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			X
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			X
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD			X
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD		X	
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD		X	
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

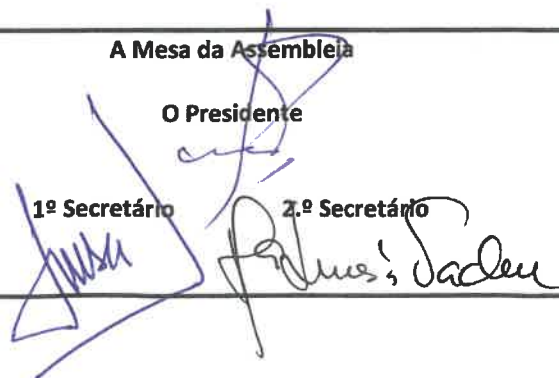
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

8- 2ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

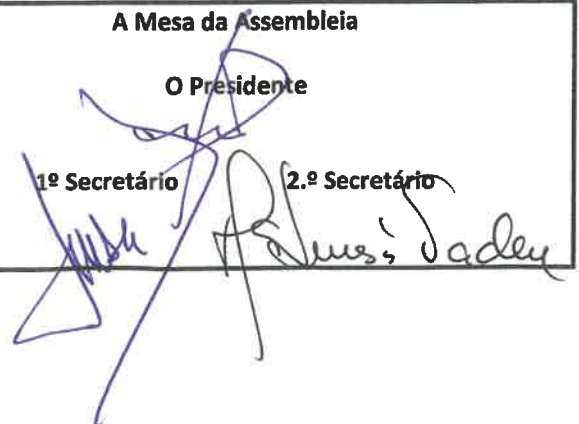
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

9- CONTRATO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE ASTROMIL

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

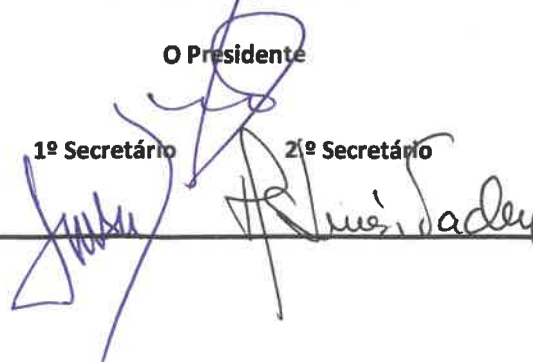
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento do titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

10- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE AGUIAR DE SOUSA PARA REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINA RETROSCAVADORA E TRATOR

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			
Carlos Francim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

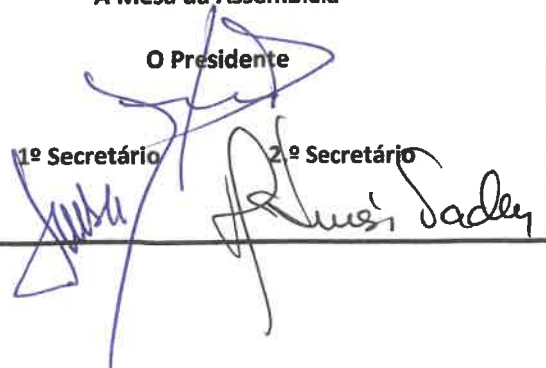
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento do titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

11- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DA SOBREIRA PARA RECONSTRUÇÃO DA PONTE DOS LAMEIROS - SANTA COMBA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

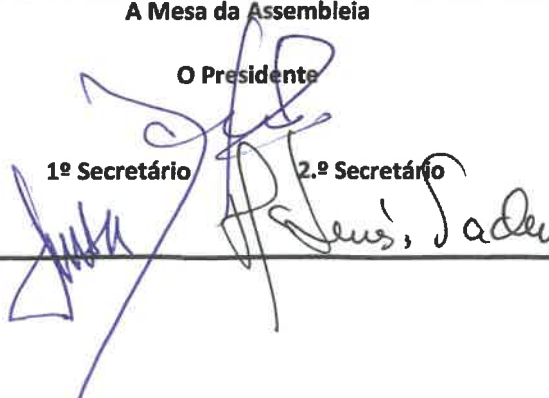
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento do titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2021/06/25

12- SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA EX - EN 106 - 3, NA FREGUESIA DE CETE E NA FREGUESIA DE PAREDES (MOURIZ)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães d)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
António Manuel da Silva Vaz a)	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Maria Rita Ferreira Nunes d)	PS	X		
Ana Margarida Moreira Nogueira a)	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
César Manuel Moreira da Costa a)	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Jorge Miguel Campanhã Oliveira a)	PPD/PSD	X		
António Macedo de Lemos	CDS-PP	X		
Álvaro dos Santos Pinto a)	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Suse Marlene Rocha Cunha b)	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
António Carlos Pacheco da Cunha b)	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento do titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



